BOLETIM ESPECIAL

ADunicamp

UM ANO DA CASSAÇÃO DO TÍTULO *HONORIS CAUSA*

DO CORONEL JARBAS PASSARINHO

19 DE NOVEMBRO DE 2022 | WWW.ADUNICAMP.ORG.BR

EXPEDIENTE

Elaboração e distribuição: ADunicamp | Associação de Docentes da Unicamp

Copyleft 2022 - ADunicamp

28ª Diretoria da ADunicamp, biênio 2020-2022

Presidenta: Maria Silvia Viccari Gatti

1º Vice-Presidente: Paulo Cesar Centoducatte

2º Vice-Presidente: Gustavo Tenório Cunha

1º Secretário: Mohamed Habib

2º Secretário: André Kaysel Velasco e Cruz

1ª Tesoureira: Diama Bhadra Vale

Diretor de Serviços Administrativos: Edson Joaquim dos Santos

Diretora de Imprensa e Divulgação: Wanda Pereira Almeida (período: de março a agosto de 2021)

Diretor Cultural: Wanderley Martins

Edição, produção, texto final e revisão:

Cristina Segatto

Fernando Piva

Paulo San Martin

Prof. Caio Navarro de Toledo (IFCH)

Projeto gráfico e Diagramação:

Paula Vianna

ADunicamp - Associação de Docentes da Unicamp

Seção Sindical do ANDES-SN

Av. Érico Veríssimo, 1479 - Campinas, SP – CEP: 13.083-851

Telefone: (19) 35212470 | imprensa@adunicamp.org.br

www.adunicamp.org.br

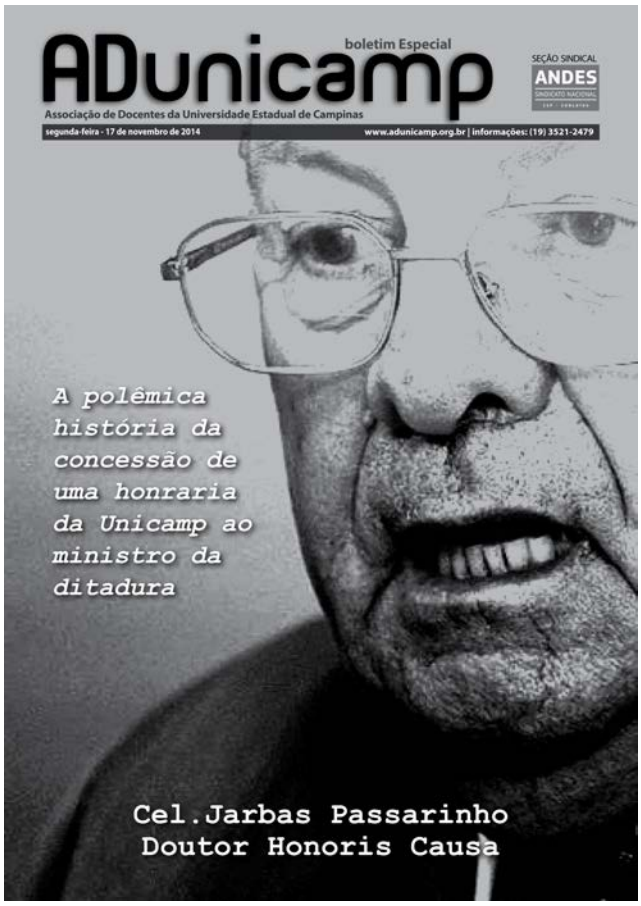
UM ANO DA CASSAÇÃO DO TÍTULO *HONORIS CAUSA*

DO CORONEL JARBAS PASSARINHO

A decisão histórica do Consu (Conselho Universitário da Unicamp) que revogou, por unanimidade, o título de Doutor Honoris Causa concedido em 1973 a um dos principais expoentes da ditadura militar, o então ministro da Educação coronel Jarbas Passarinho, acaba de completar um ano e ganha contornos cada vez mais importantes no contexto da radicalização do discurso político dos setores autoritários no Brasil.
Evidenciado à exaustão neste ano eleitoral de 2022, o discurso autoritário repetidamente tenta justificar e defender a ditadura e seus métodos antidemocráticos e violentos. E a ancoragem desse discurso em setores significativos da sociedade tem uma explicação clara, segundo entidades e analistas que se debruçam sobre o tema: o Brasil ainda não foi capaz de fazer uma revisão ampla de sua história, como ocorreu em muitos países que enfrentaram regimes ditatoriais e autoritários.
Essa revisão não é um processo simples. O GT (*Grupo de Trabalho) Unicamp pela Democracia*, formado por iniciativa da ADunicamp para encaminhar ao Consu a proposta de revogação do título ao coronel da ditadura (confira no link: *https://www.adunicamp.org.br/2021/06/unicamp-pela-democracia-revogacao-honoris-causa-jarbas-passarinho/*), estudou e reuniu um amplo acervo de documentos e depoimentos para sustentar com solidez histórica essa proposta.
A ADunicamp decidiu constituir o GT após receber, em junho de 2021, o pedido de apoio a um abaixo-assinado que continha 424 assinaturas de docentes e pesquisadores/as da Universidade e que deveria ser encaminhado ao Consu pedindo a revogação do título. Após ser postado em canais da internet, inclusive no site da ADunicamp, o abaixo-assinado atingiu, até ser protocolado no Conselho, a expressiva marca de 2.815 assinaturas.
O abaixo-assinado já apontava, naquele momento, a importância da mobilização pela revogação do título, diante do crescimento do discurso autoritário no país.
"O gesto simbólico de revogar esta honraria significará também assumir, claramente perante a sociedade, o repúdio a todos os discursos e iniciativas que defendem o negacionismo, o obscurantismo, a censura ideológica e a regressão política do país a um regime autoritário no qual se praticava a tortura e os assassinatos políticos", ponderava o documento.

O GT EM AÇÃO

A professora Silvia Gatti (IB), que à época presidia a ADunicamp, relata que assim que a proposta foi apresentada, a Diretoria aceitou de imediato o desafio e considerou que, "diante da relevância da proposição, essa deveria ser uma missão das entidades representativas das categorias da Unicamp".
A partir daí, o GT foi construído por docentes, pesquisadores/as, estudantes e funcionários/as da Universidade, tendo à frente as representações da ADunicamp, da APG (Associação de Pós-Graduação), do STU (Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp) e do DCE (Diretório Central dos Estudantes).
"O GT estudou estratégias e buscou documentos que pudessem ser analisados e que fizessem parte da história da nossa Universidade na defesa da democracia, para mostrar esses fatos aos nossos alunos e outros membros da comunidade que não vivenciaram o período da ditadura brasileira. O GT buscou fatos e dados históricos que devem ser sempre lembrados para que não sejam repetidos", relatou a professora Sílvia.
Além da farta documentação, o GT colheu depoimentos de pesquisadores/as do tema. Um dos documentos, que foi desde o início a base para o pedido de revogação, é um relatório da Comissão da Verdade e Memória 'Octávio Ianni' que recomendou, após amplos estudos



da atuação da ditadura militar no Brasil, que todos os órgãos públicos e privados do país deveriam se esforçar para revogar honrarias concedidas a servidores da ditadura militar, como foi o coronel Jarbas Passarinho. A mesma recomendação também foi apontada no relatório final da CNV (Comissão Nacional da Verdade). Documentos da Comissão da Verdade, publicados entre 2013 e 2015, revelaram que, durante a ditadura militar, docentes, estudantes e servidores da Unicamp sofreram prisões, torturas físicas e psicológicas, interrogatórios, ameaças constantes e constrangimentos diversos por parte dos órgãos de repressão. Foram registrados também vários casos de demissões de docentes em virtude de pressões das forças de segurança sobre a Direção da Universidade.

Os documentos apontam mais de 100 nomes da comunidade acadêmica da Unicamp, a maioria docentes, que foram vítimas da repressão durante a ditadura. Todos os nomes conhecidos foram elencados pelo *GT Unicamp pela Democracia* no documento intitulado "A repressão militar na Unicamp: prisões, torturas, demissões e ameaças" (acesse: *https://www.adunicamp.org.br/2021/07/a-repressao-militar-na-unicamp-prisoes-torturas-demissoes-e-ameacas/*).

Todos esses documentos, assim como os textos e vídeos de pessoas de expressão da Unicamp, entre elas ex-reitores e coordenadores gerais manifestando apoio à revogação do título, foram elencados pelo GT no "Dossiê Unicamp pela Democracia - Pela revogação do *Título de Doutor Honoris Causa* concedido a Jarbas Gonçalves Passarinho" entregue ao Consu para embasar o pedido, em setembro de 2021. (Leia em anexo nesta edição a íntegra do Dossiê).

REVOGAÇÃO RECEBE AMPLO APOIO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

O pedido de revogação do título de Jarbas Passarinho recebeu várias declarações formais de apoio, entre elas as de Reitores, de Docentes e de Comissões da Verdade de diferentes Universidades brasileiras. Algumas delas:

Reitores e Coordenadoria Geral da Universidade (CGU): Carlos Vogt (IEL), Hermano de Medeiros Ferreira Tavares (FEEC), José Tadeu Jorge (Feagri) e Álvaro Penteado Crósta (IG) (acesse para ler as notas: *https://www.adunicamp.org.br/gt-hc-notas-reitores-cgu/*).

Doutor/a Honoris Causa pela Unicamp: Elza Berquó (leia em: *https://www.adunicamp.org.br/2021/05/nota-da-honoris-causa-elza-berquo/*) e Bernardo Boris Vargaftig (leia em: *https://www.adunicamp.org.br/2021/05/nota-do-honoris-causa-bernardo-boris-vargaftig/*).

Diretores/as de Unidades: João Ernesto de Carvalho (FCF), Águeda Bernardet Bittencourt (FE), Dermeval Saviani (FE), Dirce Zan (FE), Flávio Ribeiro de Oliveira (IEL), João Quartin de Moraes (IFCH), José Luiz Sanfelice (FE), José Roberto Zan (IA), Luiz Benedito Orlandi (IFCH), Luiz Carlos Freitas (FE), Mario Saad (FCM), Rodolfo Ilari (IEL), Francisco Foot Hardman (IEL), Rogério Cezar de Cerqueira Leite (IFGW), Sidney Chalhoub (IFCH) e Sérgio Salles (IG) (para ler as notas, acesse: *https://www.adunicamp.org.br/gt-hc-notas-diretores/*).

Docentes que têm presença relevante na política e debate cultural brasileiro: Carlos Guilherme Mota (FFLCH-USP), Heleno Rodrigues Corrêa Filho (FCM), Itala Loffedo D'Otaviano (IFCH), Jaime Pinsky (IFCH), José Graziano da Silva (IE), Lilia Moritz Schwarcz (IFCH), Paulo Sérgio Pinheiro (IFCH), Renato Dagnino (IG) e Mário Gneri (IMECC) (confira as notas em: *https://www.adunicamp.org.br/gt-hc-notas-docentes/*).

Moções das Congregações da Unicamp em defesa das propostas de 2021 e 2014: FE, IEL, IFCH e IG (confira: *https://www.adunicamp.org.br/gt-hc-mocoes-congregacoes/*).

Moções de outras Universidades: Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (UnB), Comissão de Memória e Verdade (UFRJ), Comissão da Verdade (UFES), Comissão da Verdade e da Memória (UFPR), Comissão da Verdade Marcos Lindenberg (UNIFESP) e Comissão da Verdade Nadir Gouveia Kfouri (PUC-SP) (confira as moções em: *https://www.adunicamp.org.br/gt-hc-notas-mocoes-apoios-universidades/*).

Todo esse material de apoio foi anexado ao dossiê entregue ao Conselho Universitário da Unicamp (CONSU), em setembro de 2021, quando o título Honoris Causa do Coronel Jarbas Passarinho foi cassado por unanimidade. Acesse para conferir o material completo: *https://www.adunicamp.org.br/wp-content/uploads/2022/10/2021_09_Dossie_GT_Caso_Jarbas_Passarinho.pdf*.

O PRECEDENTE DE 2014

O esforço do *GT Unicamp pela Democracia* em reunir o máximo possível de documentos e depoimentos consistentes teve uma motivação adicional. Em agosto de 2014, em uma decisão que repercutiu dentro e fora da Universidade, o Consu havia recusado um pedido de revogação do título de Jarbas Passarinho.

A revogação havia sido proposta em quatro moções encaminhadas ao Consu pelas congregações do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), IEL (Instituto de Estudos da Linguagem), FE (Faculdade de Educação) e IA (Instituto de Arte), as quais questionam o legado deixado pelo ministro da ditadura militar e pedem a revogação do título concedido pela Unicamp.

A moção do IFCH, de abril de 2014, afirma: "a Congregação do IFCH avaliou por unanimidade que a concessão do título de Doutor *Honoris Causa* ao então ministro da Educação Jarbas Passarinho (...) foi um erro tanto da perspectiva acadêmica quanto da perspectiva dos valores democráticos".

O pedido de revogação só deixou de ser aprovado pelo Consu pela falta de um único voto. A aprovação dependia de 50 votos favoráveis, número equivalente a dois terços dos 75 integrantes do Conselho, conforme determina o Estatuto. Durante a sessão, 49 conselheiros votaram a favor das moções que pediam a revogação, dez foram contrários e outros dez se abstiveram. Seis não votaram por estarem ausentes, mas o Estatuto exige que a aprovação se dê com votos da maioria absoluta de integrantes do Conselho e não apenas dos conselheiros presentes.

A ADunicamp se posicionou claramente a favor da revogação do título. Na ata daquela sessão do Consu ficou registrado o depoimento do então presidente da entidade, professor Paulo Cesar Centoducatte (IC): "As circunstâncias colocadas naquele momento (1973) levaram aquele Conselho a outorgar o título que hoje este Consu pode e deve revogar. Vários fatos denotam o constrangimento que o Conselho Diretor daquela época teve ao fazer o que fez. E, hoje, se o Conselho Universitário mantiver esse título, o estará reiterando e assumindo a responsabilidade por ele a partir da data de hoje".

Após a decisão do Consu pela não revogação do título, a ADunicamp lançou um Boletim Especial no qual reafirmava sua posição e também com o objetivo de ampliar o debate sobre o tema. O boletim reproduz, entre outros documentos e depoimentos, a integra das moções das quatro Congregações e o longo trecho dos debates registrados na ata da reunião.

Os debates ocorridos na reunião e registrados na ata mostram que, em nenhum momento, os conselheiros que votaram contra a revogação fizeram qualquer defesa da atuação do coronel Jarbas Passarinho à frente do Ministério da Educação durante a ditadura.

Os argumentos para a não aprovação das moções tiveram por base uma suposta marca negativa que seria lançada sobre o reitor da época, professor Zeferino Vaz, e também sobre os integrantes do Conselho que haviam aprovado a concessão do título.

Os argumentos não levaram em conta "as circunstâncias colocadas naquele momento" (da concessão do título), como havia apontado o professor Centoducatte, e nem o fato de que outras universidades brasileiras, sobre as pressões da ditadura e do próprio coronel, também haviam concedido títulos semelhantes. Em abril de 2021, a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) revogou o título que havia sido concedido a Jarbas Passarinho no mesmo ano em que a Unicamp o fez, em 1973.

UMA HONRARIA SEM RESPALDO ESTATUTÁRIO

Os pedidos de revogação do título de Doutor *Honoris Causa* ao coronel Jarbas Passarinho argumentam que, além da questão política, de dar o reconhecimento público a uma das figuras centrais da ditadura e que, como ministro, fez uma gestão desastrosa para a Educação, a homenagem feriu o próprio Estatuto da Unicamp.

O professor Caio Navarro de Toledo (IFCH), ao falar em nome do *GT Unicamp pela Democracia* na sessão do Consu que cancelou o título, lembrou do artigo 158 do Estatuto da Unicamp. O artigo estabelece que a honraria deve ser conferida a "pessoas que tenham contribuído, de maneira notável para o progresso das ciências, das letras ou das artes" ou "aos que tenham beneficiado, de forma excepcional, a humanidade ou tenham prestado relevantes serviços à Universidade". E o coronel, argumentou Caio, nunca se enquadrou em nenhuma dessas prerrogativas, muito pelo contrário.

"Há ainda, documentos históricos e as orientações da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão da Verdade e Memória 'Octávio Ianni' que explicitam que o título concedido ao Coronel Jarbas Passarinho, outorgado em plena ditadura – e só assim o seria – não atendia aos requisitos necessários definidos pela própria Unicamp", disse a presidenta da ADunicamp, professora Silvia Gatti (IB).

Jarbas Passarinho, tenente-coronel do Exército, conspirou ativamente para o golpe de 1964. Assim que os militares assumiram, foi empossado como governador biônico do Pará. Depois, no governo de Costa e Silva, assumiu o Ministério do Trabalho e o da Previdência Social. Em 1969. já com Emílio Garrastazu Médici no poder, foi nomeado ministro da Educação.

Como figura de ponta dos governos militares, Jarbas Passarinho foi um dos signatários, em 1968, do AI–5, o Ato Institucional que deu suporte às ações mais violentas e sanguinárias da ditadura. Registros históricos revelam que, no momento da assinatura do AI-5, ele justificou assim o seu voto, dirigindo-se ao ditador Costa e Silva: *"Sei que a Vossa Excelência repugna, como a mim e a todos os membros desse Conselho, enveredar pelo caminho da ditadura pura e simples, mas me parece que claramente é esta que está diante de nós. […] Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência"*.

Documentos e depoimentos juntados pelo *GT Unicamp pela Democracia* mostram que as universidades, incluindo a Unicamp, foram duramente reprimidas e perseguidas durante a gestão de Jarbas Passarinho.

"O coronel – como Passarinho gostava de ser chamado – foi responsável pela aposentadoria compulsória de docentes e pesquisadores, muitos dos quais viram-se forçados a deixar o país. Além disso, foi também responsável pela perseguição política a quem se opusesse à ditadura, recorrendo às 'assessorias de segurança' e uma rede de espias e delatores dentro das universidades públicas", relatou o professor Álvaro Penteado Crósta (IG) em seu depoimento.

As ASIs (Assessorias de Informação e Segurança) citadas pelo professor atuaram em todas as universidades públicas federais do país. Elas atuavam no controle da contratação de pessoal, barrando docentes que considerassem de esquerda, e também na repressão às manifestações estudantis, desde as passeatas a ações artísticas e culturais.

Depois da ditadura, Jarbas Passarinho, foi eleito senador pelo Pará duas vezes e atuou como ministro da Justiça no governo de Fernando Collor de Melo. Mas jamais, em qualquer momento até a sua morte em 2016, ele fez qualquer autocrítica sobre a sua atuação política ideologicamente autoritária e repressiva dos tempos da ditadura. Assim, continuou "justificando o arbítrio e o terror de Estado representados pela ditadura militar", como afirmou o professor Caio.

"Em seus 96 anos de vida, o coronel jamais manifestou qualquer arrependimento quanto ao papel que desempenhou na ditadura militar e ao prejuízo que causou a membros da comunidade acadêmica brasileira e às próprias universidades públicas. Ao contrário, sempre tentou justificar os seus atos arbitrários", pontuou também o professor Crósta.

Os debates na 173° reunião do Consu que, finalmente, aprovou o pedido de revogação do título foram intensos, com ampla participação de conselheiros/as representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica. A decisão foi fruto de uma ampla discussão entre conselheiros/as que ressaltaram a importância do conjunto de documentos e informações fornecido pelo *GT Unicamp pela Democracia*.

GT "UNICAMP PELA DEMOCRACIA":

OBJETIVOS E PAPEL NA CAMPANHA PELA REVOGAÇÃO

Por Caio N. de Toledo
Professor aposentado do IFCH/Unicamp e Associado da ADunicamp

Em maio de 2021, docentes e pesquisadores da Unicamp solicitaram à Direção da ADunicamp que tomasse iniciativas no sentido de retomar o debate de uma proposta de revogação do título de Doutor *Honoris Causa* que a Universidade, em 1973, havia concedido ao Cel. Jarbas Passarinho. Como se sabe, em 2014, o Conselho Universitário deixou de aprovar – pela diferença de apenas um voto – uma semelhante Moção, amplamente apoiada pela comunidade acadêmica.

Com 424 signatários (docentes e pesquisadores), o documento sugeria que a nova proposta – após um amplo debate pela comunidade acadêmica – fosse incluída na pauta de discussão do Conselho Universitário a fim de ser examinada e deliberada.

Acolhendo, de imediato, a interpelação a ela submetida, a Direção da ADunicamp propôs a criação de um Grupo de Trabalho para levar adiante a proposta. Por sugestão dessa Direção, o GT foi constituído por quatro docentes, representando a Adunicamp, e membros indicados pelas demais entidades atuantes no *campus*: Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Associação de Pós-graduação (APG)*.

Denominado de "Unicamp pela Democracia", o GT passou a se reunir regularmente por meio de *lives*, dirigidas pela Presidenta da Adunicamp, profa. Maria Silvia Gatti. O lançamento oficial do GT ocorreu em 8 de junho, por meio de uma extensa *live* que reuniu a ex-presidenta da *Comissão Nacional da Verdade*, a presidenta da *Comissão da Verdade e Memória da Unicamp "Octavio Ianni"*, o atual vice-reitor da UFRJ, um ex-vice-reitor e quatro ex-diretores de unidades da Unicamp; uma pesquisadora sobre a questão dos direitos humanos entre os docentes universitários e representantes do GT, da Fasubra, do STU e da APG.

Tendo como objetivo central a necessidade de convencer a comunidade acadêmica sobre a pertinência acadêmica e a consistência política da proposta de revogação, o GT "Unicamp pela Democracia" se propôs a: a) levantar documentos relativos à problemática em discussão (Atas, Regimentos e Notas de Congregações); b) divulgar ensaios acadêmicos e matérias jornalísticas sobre o assunto e c) organizar um abaixo-assinado, em defesa da revogação, dirigido a membros da Unicamp, de outras comunidades universitárias do país e de entidades democráticas da sociedade civil**.

Igualmente, o GT buscou o apoio de ex-dirigentes da Universidade (entre eles, ex-Reitores e ex-diretores de unidades); de professores eméritos e ex-docentes (que, hoje, desempenham papéis relevantes na vida política e cultural do país).

No dia 8 de setembro de 2021, por meio de um Ofício, a Direção da ADunicamp solicitou ao Magnífico Senhor Reitor que o alentado dossiê *"Unicamp pela Democracia: Pela revogação do Título de Doutor Honoris Causa concedido a Jarbas Gonçalves Passarinho"* – contendo mais de 300 páginas –, fosse incluído na pauta de uma sessão do CONSU. (O extenso e qualificado *dossiê* elaborado pelo GT pode ser consultado no link: *https://www.adunicamp.org.br/gt-titulo-hc/ e/ou lido no anexo ao final deste especial*).

Devemos registrar que a fundamentada e consistente proposta do GT foi aprovada, de forma unânime, na reunião do CONSU de 28/9/2021. Neste sentido, impõe-se concluir que o colegiado maior da Universidade – interpretando a vontade política de sua comunidade acadêmica – reparou um grave equívoco acadêmico e político cometido, em 1973, por dirigentes da Unicamp.

Não se pode senão comemorar que, depois de 48 anos, um legado da ditadura militar na Unicamp foi, finalmente, superado. Do ponto de vista democrático, uma enorme vitória de ordem simbólica.

NOTAS

* Os docentes que compuseram o GT foram: Aparecida Neri de Souza (FE), Caio N. de Toledo (IFCH), Eleonora Cavalcante Albano (IEL) e Josianne Cerasoli (IFCH). Os membros indicados pelas demais entidades foram: Erika Maria de Castro e Silvana Di Blasio (STU), Matheus Albino e Patrícia Kawaguchi Cesar (APG) e Juliano Costa (DCE)

** O abaixo-assinado teve o apoio de 2.815 signatários.

ANEXO

Dossiê:

UNICAMP PELA DEMOCRACIA:

Pela revogação do Título de *Doutor Honoris Causa* concedido a Jarbas Gonçalves Passarinho

Associação de Docentes da Unicamp (ADunicamp),

Associação Central de Pós-Graduação da Unicamp (APG),

Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (DCE) e

Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU).

Setembro de 2021.

Apresentação.

O presente *dossiê* busca justificar a proposta de revogação do título de *Doutor Honoris Causa* – concedido pelo Conselho Diretor da Unicamp, em 30/11/1973, sob a vigência do AI 5 – ao Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho.

Em maio deste ano, a Direção da ADunicamp – motivada por uma Carta a ela dirigida e subscrita por mais de quatro centenas de docentes e pesquisadores da Unicamp – criou o Grupo de Trabalho Unicamp pela Democracia.

Desde sua criação, este GT – constituído pela ADunicamp, Associação Central de Pós Graduação, Diretório Central dos Estudantes e Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp – reuniu documentos, de diferentes naturezas, que reforçam as Recomendações da *Comissão Nacional da Verdade* (CNV) e da *Comissão da Verdade e Memória "Octavio Ianni" da Unicamp* no sentido de comprovar que a honraria concedida ao Cel. Jarbas Passarinho, em plena ditadura militar, não atende aos requisitos para esse título honorífico universitário.

A este respeito, cabe lembrar que o artigo 158 do Estatuto da Unicamp estabelece que o título de Doutor *Honoris Causa* será conferido a "*pessoas que tenham*

contribuído, de maneira notável, para o progresso das ciências, das letras ou das artes", ou ainda "*aos que tenham beneficiado, de forma excepcional, a humanidade ou tenham prestado relevantes serviços à Universidade*".

A bibliografia histórico-política nos informa que Jarbas Passarinho apoiou decididamente o golpe de 1964, foi um convicto signatário do discricionário Ato Institucional 5 e destacado ideólogo da ditadura militar. Sob os Ministérios em que atuou, teve elevada responsabilidade na aposentadoria compulsória de docentes e renomados pesquisadores de universidades públicas, em punição e prisão de estudantes e na destituição de dirigentes sindicais. Desta forma, argumentamos que a permanência de um signatário do AI-5 entre o/as detentores desse título está em total desacordo com o projeto acadêmico de uma universidade que busca cultivar o pensamento crítico e a cultura democrática.

Neste *dossiê*, que submetemos à apreciação do Conselho Universitário, são reproduzidos dois abaixo-assinados; documentos oficiais da Unicamp e governamentais; artigos acadêmicos; matérias jornalísticas alusivas ao assunto. Igualmente, Notas de ex-Reitores, de Doutores *Honoris Causa*, de ex-Diretores de unidades e de

ex-Docentes e, por fim, Moções de Congregações, apoiando a proposta de revogação, integram este extenso *dossiê* construído ao longo de vários meses de discussão e trabalho.

I. Abaixo-assinados em defesa da proposta de revogação.

a) Abaixo-assinado criado pelo *GT Unicamp pela Democracia* [seus signatários são: membros de diferentes comunidades acadêmicas do país (Unicamp e de outras universidades), entidades democráticas da sociedade civil brasileira etc.]. Total de 2.815 apoiadores;

b) Abaixo-assinado contido na "Carta à Direção da Adunicamp" (subscrito por docentes e pesquisadores da Unicamp).

Nota: após esta Carta ter sido enviada à Adunicamp, outros docentes e pesquisadores da Universidade subscreveram o documento criado, em maio, pelo GT. Assim, no total, cerca de 630 docentes e pesquisadores da Unicamp apoiam a proposta de revogação que ora apresentamos ao Consu.

II. Notas e manifestações de ex-Reitores e Coordenadores Gerais

a) Carlos Vogt;
b) Hermano Tavares;
c) José Tadeu Jorge;
d) Alvaro Penteado Crósta;
e) Marcelo Knobel;

III. Notas de Doutores Honoris Causa da Unicamp

a) Boris Bernardo Vargaftig;
b) Elza Salvatori Berquó

IV. Notas de ex-Diretores de unidades

a) Agueda Bernardete Bittencourt;
b) Alcir Pécora;
c) Dermeval Saviani;;
d) Dirce Zan e Débora Mazza;
e) Flávio Ribeiro de Oliveira;
f) João Ernesto de Carvalho;
g) João Quartim de Moraes;
h) José Luiz Sanfelice;
i) José Roberto Zan;
j) Luiz Benedicto Orlandi;
k) Luiz Carlos Freitas;
l) Mário Saad;
m) Rodolfo Ilari e Francisco Foot Hardman;
n) Rogério Cezar de Cerqueira Leite;
o) Sérgio Salles-Filho;
p) Sidney Chalhoub

V. Notas de docentes e ex-docentes da Unicamp.

a) Carlos Guilherme Mota;
b) Heleno Corrêa Filho;
c) Itala Loffredo D´Ottaviano;
d) Jaime Pinsky;

e) José Graziano Silva;
f) Lilia Moritz Schwarcz;
g) Paulo Sérgio Pinheiro;
h) Renato Dagnino

VI. Moções de congregações em defesa da proposta

a) Do ano de 2021:
1. Da Faculdade de Educação;
2. Do Instituto de Estudos da Linguagem;
3. Do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas;
4. Do Instituto de Geociências

b) De 2014:

1) Da Faculdade de Educação;
2) Do Instituto de Artes;
3) Do Instituto de Estudos da Linguagem;
4) Do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

VII. Documentos relevantes ao debate sobre a proposta de revogação.

a) Íntegra do Ato Institucional 5;
b) Ata da Reunião do Conselho Diretor da Unicamp que, em 1973, concedeu o título *Doutor Honoris Causa* ao Cel. Jarbas Passarinho;
c) Art. 248 do Regimento Interno que disciplina a outorga do *Doutor Honoris Causa;*
d) Relatório Final da *Comissão Nacional da Verdade* (CNV);
e) Relatório Final da *Comissão da Verdade e Memória "Octavio Ianni"* da Unicamp;

f) Revogação pelo Consuni da UFRJ do título de *Doutor Honoris Causa* concedido ao cel. Jarbas Passarinho;
g) A repressão militar na Unicamp durante a ditadura militar;
h) Boletim especial da Adunicamp: o debate sobre a proposta de revogação em 2014;
i) Artigo: "Zeferino Vaz";
j) Artigo: "A Unicamp, o título e o coronel".

VIII. Vídeos-depoimentos sobre a proposta de revogação

a) Alvaro Penteado Crósta, IG;
b) Francisco Foot Hardman, IEL;
c) João Quartim de Moraes, IFCH;
d) Maria Lygia Quartim de Moraes, IFCH;
e) Maria Rita Kehl, CNV;
f) Mário Gneri, IMECC e
g) Matheus Alves Albino, IFCH.

EM DEFESA **DA UNIVERSIDADE PÚBLICA**, **GRATUITA**, DE **QUALIDADE** E **SOCIALMENTE REFERENCIADA**

ADUNICAMP - ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNICAMP

AV. ÉRICO VERISSÍMO, 1479 - CIDADE UNIVERSITÁRIA - CX. POSTAL 6158

CEP 13083-851 - CAMPINAS/SP | FONES.: (19) 3521 2470 / 3521 2471

ACESSE: WWW.ADUNICAMP.ORG.BR